

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP)

INSTITUTO DE ECONOMIA (IE)

CENTRO DE ESTUDOS SINDICAIS E DE ECONOMIA DO TRABALHO (CESIT)

Caixa Postal 6135 - 13083-857 - Campinas - SP

www.eco.unicamp.br/cesit

E-mail: cesit@eco.unicamp.br

CADERNOS DO CESIT

(Texto para discussão n. 13)

O FORDISMO, SUA CRISE E O CASO BRASILEIRO

Cândido Guerra Ferreira^{*}

Campinas, março de 1993

^{*} Pesquisador do CESIT – Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho do Instituto de Economia/UNICAMP e Professor do CEDEPLAR/UFMG.

I - O FORDISMO, SUA CRISE E O CASO BRASILEIRO

Cândido Guerra Ferreira

O debate acerca da crise econômica contemporânea, seus desdobramentos e as possíveis saídas para a mesma (emergência de novos paradigmas ou modelos), tem freqüentemente colocado como ponto de referência importante a problemática construída pela chamada "escola francesa da regulação" e, em particular, o conceito de "fordismo" e a interpretação/diagnóstico desta crise como uma crise de esgotamento do fordismo (voltaremos à questão da crise a seguir).

Não são raros, por exemplo, os autores que, ao tentarem desenhar sistematicamente o cenário atual no tocante às saídas que se vislumbram ou os novos paradigmas emergentes, formulam tal cenário em termos de um confronto entre "néo-fordismo" (ou "neo-taylorismo") e "pós-fordismo", e procuram enquadrar os diversos "modelos" ou trajetórias presentes ("toyotismo", "especialização flexível", kalmarismo, etc.) em uma destas categorias dominantes. Sendo que nas saídas de caráter "néo-fordista" os aspectos que constituem uma continuidade em relação ao paradigma fordista predominariam sobre os elementos de ruptura, enquanto que nas saídas consideradas como "pós-fordistas" ocorreria o inverso; ou seja, os aspectos inovadores seriam dominantes, apontando portanto para uma configuração realmente nova em relação ao fordismo.

I.1 - "Fordismo": dois significados diferentes

Convém no entanto, assinalar que esta referência, bastante generalizada, ao conceito de "fordismo" elaborado pelos autores da chamada "escola francesa da regulação" (EFR) pode – e isto tem ocorrido efetivamente, em alguns casos - levar a confusões e imprecisões nos termos do debate, na medida em que não se esclareça qual o significado, ou nível de definição, de "fordismo" que está sendo adotado.

Ao examinar o debate atual, S. Wood chama atenção para este problema: "os autores não usam os conceitos da mesma maneira. A principal noção do debate - o fordismo - pode ser e é freqüentemente usada de diferente maneiras. Para certos autores, o conceito é sinônimo,

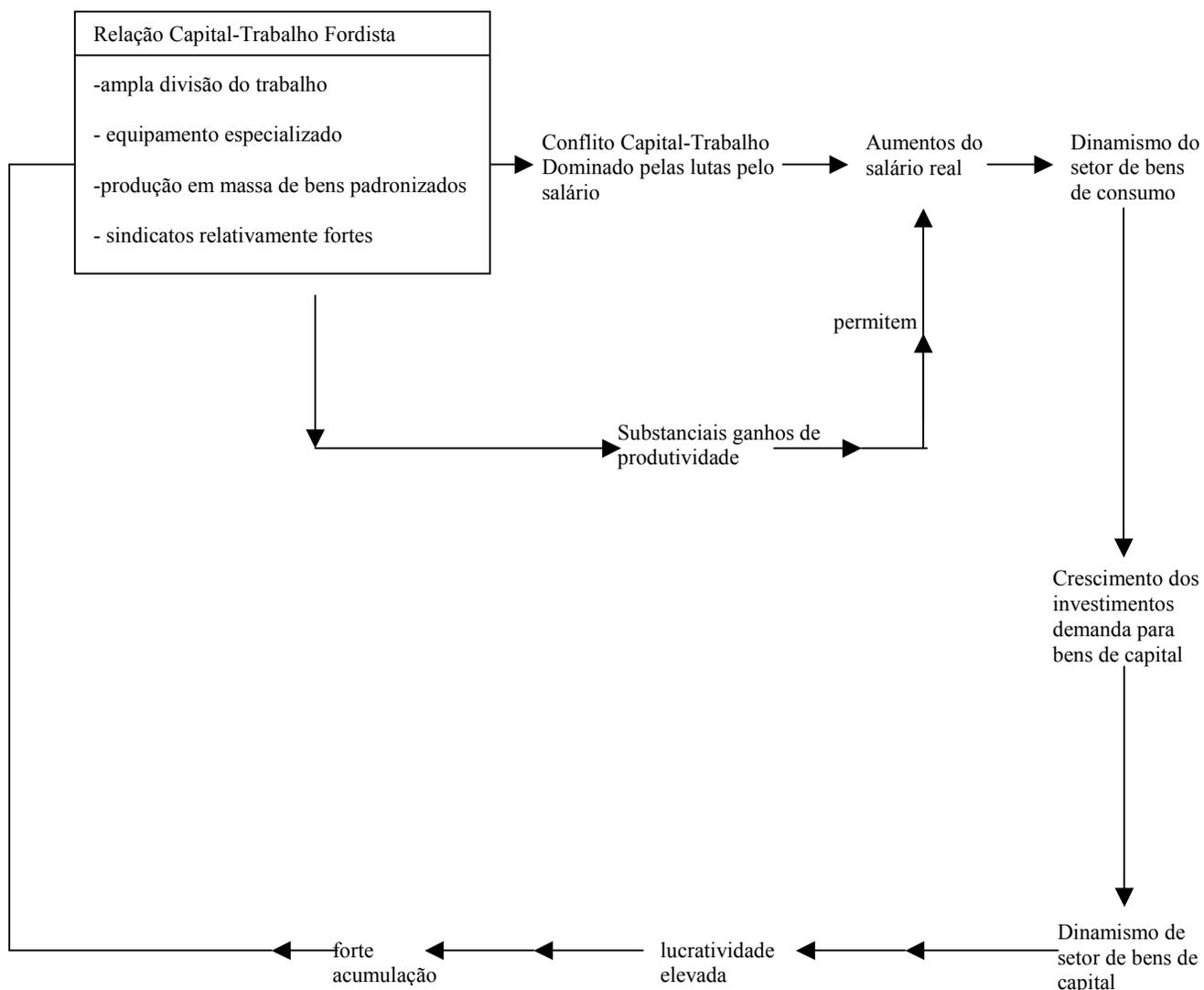
alternativamente, de taylorismo, produção em massa, linha de montagem automatizada. Para outros, fordismo refere-se a todo um modo de vida. Enquanto certos autores limitam sua aplicação ao processo de trabalho e aos métodos de gestão, outros querem inseri-lo num conjunto de conceitos gerais voltados para a explicação das sociedades como um todo".¹.

Com efeito, na formulação do conceito de fordismo nos trabalhos dos autores da EFR podemos identificar - pelo menos - dois significados, ou melhor, dois níveis de colocação e abrangência desta noção. A um nível mais global, "fordismo" designa o modo de desenvolvimento - articulação entre um regime de acumulação intensiva e um modo de regulação "monopolista" ou "administrado"² - - que marca uma determinada fase de desenvolvimento do capitalismo em países do centro: os anos de prosperidade sem precedentes (conhecidos como "a era do ouro") do sistema no pós-guerra. O funcionamento deste modo de desenvolvimento pode ser representado - no que tange a suas características básicas pelo chamado "circulo virtuoso do fordismo" (ver Figura 1).

¹ Wood, S. (1991), p.31. ver também Leborgne, D. e Lipietz, A. (1990), pp. 4-5.

² Para uma síntese crítica a respeito das categorias analíticas e alguns resultados da "teoria da regulamentação", recomendamos a leitura de Boyer, R. (1990).

FIGURA 1 O "CÍRCULO VIRTUOSO" DO FORDISMO



Fontes: Boyer (1989b:9)
 Boyer (1987:26)

O eixo central da "engrenagem do círculo virtuoso" consiste no tipo de barganha entre capital e trabalho que se estabeleceu no âmbito destas formações sociais: "A barganha pode ser apresentada, basicamente, da seguinte forma: de um lado, reconhecia-se o papel de dirigentes e proprietários de empresas na liderança e iniciativa no tocante à organização do processo produtivo e na tomada das decisões estratégicas quanto aos mercados e investimentos. De outro lado, os sindicatos lutavam para conquistar a maior parcela dos ganhos de produtividade associados à difusão e consolidação das normas fordistas de produção e consumo"³.

O modo de organização e a atuação dos sindicatos dos trabalhadores tiveram - de um modo geral - importância crucial no processo histórico de formação e consolidação da norma salarial fordista (o modo tipicamente fordista de determinação e evolução dos salários ao longo do tempo). Deixando de lado as diferenças (em alguns casos, consideráveis) nacionais, podemos destacar duas características das relações de trabalho tipicamente "fordistas": a) o amplo reconhecimento, por parte da sociedade, das organizações sindicais como interlocutores sociais de pleno direito; b) a generalização dos procedimentos de negociação coletiva, traduzindo uma crescente "contratualização" das relações de emprego⁴.

Mas o termo "fordismo" possui um outro significado, que se coloca a um nível menos global, designando um princípio geral de organização da produção (compreendendo paradigma tecnológico, forma de organização do trabalho e estilo de gestão)⁵. Neste plano, podem ser destacados os seguintes traços característicos ou princípios constitutivos do paradigma fordista⁶:

³ Boyer, R. (1986), p. 8.

⁴ Pode-se destacar uma terceira característica, que constitui, ao mesmo tempo, um dos eixos sobre os quais se apoiou o processo histórico de "montagem" e institucionalização de relações de trabalho de tipo fordista: a ampliação e o fortalecimento da intervenção do Estado no mercado de trabalho (gestão estatal da mão-de-obra). Tendo o Estado se tornado, de certa forma, o "fiador" do compromisso entre capital e trabalho. Este processo histórico (que revestiu formas variadas e atingiu graus diversos, segundo o país focalizado) está evidentemente intimamente ligado à constituição e consolidação do "Welfare State" nestes países.

⁵ Seria ainda possível detectar uma terceira significação do termo "fordismo" nos trabalhos dos autores da EFR, situada a um nível intermediário de abrangência em relação às outras duas: a relação salarial fordista. Em termos analíticos, a noção de relação salarial pode ser desdobrada em cinco componentes ou aspectos: 1) a organização do processo de trabalho; 2) a hierarquia das qualificações da mão-de-obra; 3) a mobilidade dos trabalhadores (dentro e fora da fábrica); 4) a regra de formação do salário (direto e indireto); 5) o modo de utilização da renda salarial (notadamente, a norma de consumo vigente).

⁶ Ver Boyer, R. (1989a), pp.1-3 e 10.

- a) racionalização taylorista do trabalho: profunda divisão - tanto horizontal (parcelamento das tarefas) quanto vertical (separação entre concepção e execução) - e especialização do trabalho;
- b) desenvolvimento da mecanização através de equipamentos altamente especializados⁷;
- c) produção em massa de bens com elevado grau de padronização;
- d) a norma fordista de salários: salários relativamente elevados e crescentes - incorporando ganhos de produtividade - para compensar o tipo de processo de trabalho predominante⁸.

No que se refere, em particular, ao tipo de processo de trabalho que foi engendrado pela aplicação dos métodos tayloristas de "racionalização do trabalho" (aprofundados e aperfeiçoados posteriormente pela introdução de dispositivos propriamente fordistas, em especial, a linha de montagem), observa-se que "A organização taylorista do processo de trabalho significa, portanto, uma drástica redução da autonomia e da iniciativa operárias no âmbito da produção. Sua lógica conduz à limitação do papel dos operários à execução de um trabalho extremamente fragmentado, repetitivo e monótono, prévio e minuciosamente definido pela gerência ⁹. Ademais, essa situação corresponde, no mais das vezes, a uma forma bastante autoritária de direção e imposição da disciplina ao coletivo operário, o que, de resto, requer geralmente uma pesada estrutura de controle/supervisão da produção"¹⁰. Nesta perspectiva, R. Kaplinsky caracteriza, com propriedade, a situação do trabalhador direto dentro do sistema: "O "fator humano" neste processo de trabalho hierarquizado e autoritário tem as seguintes características. Os trabalhadores encarregados das tarefas parcelares de produção são vistos como mercadorias não dotadas de capacidade de pensar; como soldados de infantaria, o trabalho deles consiste muito mais em obedecer ordens e imposições da máquina do que no exercício de alguma iniciativa ou criatividade. A visão de um descendente direto de Henry Ford (Henry Ford II) é instrutiva a este respeito - "O trabalhador médio quer um emprego no qual ele não tenha que aplicar muito esforço físico. Acima de tudo, ele quer um

⁷ A aplicação combinada destes dois primeiros princípios tem como conseqüência uma forte desqualificação da mão-de-obra.

⁸ Registre-se aqui que esta "norma salarial fordista", juntamente com a propagação do trabalho assalariado no pós-guerra, constitui o vetor da difusão do consumo de massa nestas sociedades; o que, por outro lado, dava sustentação e dinamismo à disseminação da norma de produção em massa (ver a figura 1).

⁹ Convém, no entanto, assinalar que isto não significa que a atividade efetiva de trabalho possa ser inteiramente reduzida às instruções elaboradas no âmbito da gerência das fábricas (e, em particular, nos departamentos de estudos de tempos e métodos). Sempre permanece uma diferença entre o "trabalho prescrito" (aquele definido pela gerência das empresas) e o "trabalho real" (aquele efetivamente vivenciado pelo trabalhador direto). A este respeito, ver: F.DANIELOU; A. LAVILLE e C. TEIGER (1983).

¹⁰ FERREIRA, C.G. (1987), pp. 10-11.

trabalho que ele faça sem ter que pensar" (...). Os oficiais de baixo escalão neste sistema são os supervisores e a baixa gerência; os generais orquestram a produção global do alto de arranha-céus situados nas principais cidades do mundo (...). A criatividade está largamente confinada à alta gerência e a uma casta especializada de trabalhadores de concepção nos departamentos de Pesquisa e Desenvolvimento, localizados geralmente no país onde se encontra a matriz da empresa"¹¹.

Completando estas observações a respeito dos significados diferentes da noção de "fordismo", ressalte-se que existe necessariamente uma articulação entre os dois níveis de definição apontados acima; ou seja, embora distintos, eles não são independentes. Isto significa, em particular, que deve haver uma compatibilidade entre o paradigma dominante em determinada formação social no que se refere à organização do processo de produção e a macroestrutura sócio-econômica de acumulação (ou seja, o regime de acumulação e o modo de regulação vigente). Sem tal compatibilidade, o modo de desenvolvimento não se viabilizaria do ponto de vista histórico.

I.2. Diferenças nacionais e o caso americano

Feita a caracterização geral do fordismo, nos seus dois níveis de colocação, é necessário agora qualificar esta noção no sentido de evitar a idéia de um "modelo fordista" único e homogêneo. A constatação - que se extrai dos estudos realizados pelos autores da EFR - de que o fordismo foi o modo de desenvolvimento hegemônico nos países centrais do sistema capitalista no pós-guerra e de que, dentro destes países, o esquema fordista de organização da produção teve papel dominante, não deve levar, de modo algum, à idéia de uma perfeita homogeneidade intra e inter-nações.

No interior dos países centrais, no que concerne à forma de organização da produção, o paradigma fordista, apesar de dominante, não era exclusivo. Em vários ramos ou segmentos do aparelho produtivo prevaleciam princípios distintos: "Dentro de cada país, nem todas as indústrias puderam implementar os métodos fordistas. Na indústria da construção, por exemplo, as especificidades do processo de trabalho impediram que o ideal do fluxo contínuo prevalecesse. Na indústria de processo contínuo como a química e as refinarias de petróleo, a maior parte da

¹¹ KAPLINSKY, R. (1988), p. 454.

produtividade provém do sistema de equipamentos e seu monitoramento, diferentemente do que se dá na típica linha de montagem da indústria automobilística. Finalmente, a maior parte das atividades do setor terciário apresentam limitações especiais para uma organização de acordo com os princípios da gerência científica, embora isto tenha sido tentado, como por exemplo no trabalho dos "colarinhos brancos" nos bancos e companhias de seguro".¹²

A diversidade é constatada igualmente ao nível de uma comparação entre as nações. O fordismo nasceu nos Estados Unidos e, a partir deste país, se difundiu para países da Europa Ocidental e para o Japão no pós-guerra, mas a partir de alguns traços comuns apontados acima, verificam-se diferenças substanciais entre as situações que prevaleceram nestes países. No tocante às chamadas "normas de produção", por exemplo: "cada país não adotou uma mera cópia do sistema americano de produção industrial, mas sim, este sistema foi transferido e seu princípio central foi adaptado ao contexto social, econômico e político existente. Portanto, os princípios da gerência científica adquirem formas nacionais diversas"¹³.

Tais diferenças podem ser traduzidas em termos de diversas configurações e trajetórias nacionais em função de especificidades societais. Em trabalhos recentes, R. Boyer¹⁴ examina as diferenças existentes entre as principais economias capitalistas, concentrando a atenção em cinco pontos-chave: a) a organização do processo de trabalho; b) a estrutura de qualificações; c) a mobilidade do trabalho; d) o modo de formação dos salários (este ponto compreende a indexação do salário em relação aos preços e à produtividade, a influência do desemprego sobre o salário, a importância relativa do salário indireto e das transferências ligadas ao sistema de previdência social); e) estilo de vida e normas de consumo. Com base nesta comparação, o autor sugere uma tipologia de configurações nacionais ou de variantes do fordismo. Assim, o caso japonês configuraria o que ele chama de "fordismo híbrido", na (ex) Alemanha Ocidental teríamos um fordismo flexível ou "flex-fordismo", na Suécia um "fordismo democrático", na Itália um "fordismo retardatário e imperfeitamente institucionalizado", na França um "fordismo

¹² BOYER, R. (1989a), p. 5.

¹³ Idem, p. 3.

¹⁴ Cf. BOYER, R. (1989a e 1989b).

impulsionado pelo Estado", na Grã-Bretanha um "fordismo falho ou defeituoso", enquanto que os Estados Unidos seria o país do "fordismo genuíno"¹⁵.

Vejamos um pouco mais de perto o caso dos Estados Unidos (o caso "pioneiro"). O processo histórico de gênese do Fordismo nos Estados Unidos foi estudado, do ponto de vista da "teoria da regulação", em obra, que já se tornou "clássica", de M. Aglietta¹⁶. Ao examinar o movimento de formação das relações de trabalho (a "relação salarial") de tipo fordista naquele país¹⁷ o autor mostra que a violenta crise dos anos 1930 desencadeou um processo de reformulação política que abriu caminho para uma profunda transformação institucional (emergência do que os autores regulacionistas chamam de novas "formas institucionais" ou "estruturais"). Neste quadro dá-se destaque às mudanças na forma dominante de organização do movimento sindical operário, com a transição do sindicalismo corporativo (que predominava no período anterior à crise) ao sindicalismo de massa, processo este que se apoiou em mudanças substanciais introduzidas na legislação trabalhista- ponto crucial das reformas políticas do "New Deal" americano - levando a uma institucionalização do papel dos sindicatos.

O reconhecimento social do papel dos sindicatos, concomitantemente à intensificação da intervenção do Estado na economia, conduziram à implantação e generalização do sistema de negociações coletivas nos Estados Unidos, o que veio a representar uma modalidade mais avançada (por responder de forma mais adequada às necessidades de um regime de acumulação no qual a produção em massa tem como contrapartida a massificação do consumo) de canalização dos conflitos entre capital e trabalho. Por sua vez, a evolução no sentido da consagração social do sistema de negociações coletivas, permite o desenvolvimento da "norma salarial fordista" (ver acima): "a instauração da negociação coletiva provocou uma mudança de regime no tocante à evolução quantitativa do salário no longo prazo e na sua regulação durante as fases do ciclo de acumulação"¹⁸

¹⁵ BOYER, R. (1989b), p. 14.

¹⁶ Ver AGLIETTA, M. (1976).

¹⁷ Idem, ver sobretudo os capítulos II e III. Para uma apresentação sintética, ver PICHLER, W. A. (1988).

¹⁸ AGLIETTA, M. (1976), P. 164.

Por outro lado, a difusão das normas de produção em massa ("racionalização taylorista" associada a dispositivos fordistas e desenvolvimento da mecanização e, posteriormente, automação "rígida") remontam no caso americano ao período que antecede à crise dos anos 1930. As mudanças nas relações de trabalho permitem, no entanto, superar os obstáculos que bloqueavam tal difusão, levando a uma forte intensificação deste movimento. Pode-se mesmo dizer que, na visão de M. Aglietta, as mudanças institucionais no campo das relações de trabalho tornaram viável a propagação destas normas de produção, uma vez que na explicação da crise dos anos 30 o autor dá ênfase ao desequilíbrio causado pelo desenvolvimento do sistema de produção em massa - por um lado - e a ausência - por outro lado - de um consumo de massa (o qual só foi viabilizado efetivamente, como vimos, pelas mudanças na órbita das relações de trabalho), o que provocava um crescimento insuficiente da demanda em relação à capacidade produtiva da economia.

A partir deste período em que foram lançadas as bases do sistema, a evolução da sociedade e economia americanas no pós-guerra forjou um tipo de fordismo - o "fordismo genuíno" - que possui as seguintes características básicas em comparação com os principais países centrais¹⁹:

a) a organização do processo de trabalho é tipicamente fordista: profunda divisão e especialização do trabalho, estruturas empresariais altamente hierarquizadas, ênfase na mecanização para a solução de problemas técnicos (e também sociais);

b) acentuada estratificação das qualificações;

c) elevada mobilidade dos trabalhadores entre firmas e regiões;

d) no tocante à formação dos salários: a indexação em relação aos preços é parcial e/ou relativamente lenta, enquanto que a indexação em relação à produtividade existe mas não é explícita; a influência do desemprego sobre os salários atinge um nível comparativamente mediano; e é baixa a magnitude do salário indireto e dos benefícios da previdência social em relação ao salário direto;

e) o estilo de vida dos assalariados é marcado por um consumo de massa altamente individualizado (compara-se tal estilo por exemplo com o que prevalece na Suécia, onde a importância de bens e serviços - tais como saúde, educação, formação e reciclagem de mão-de-obra - cuja produção e oferta é organizada de forma coletiva, é bem maior).

¹⁹ Cf. BOYER, R. (1989b), pp. 13-15.

1.3. A crise do fordismo e seus desdobramentos

A análise da crise atual constitui matéria de extrema dificuldade em virtude (apenas para citar os problemas mais evidentes) da contemporaneidade do fenômeno (falta de recuo histórico) e sua grande complexidade, comportando múltiplos elementos e facetas. Sendo assim não é surpreendente a grande profusão de interpretações, diagnósticos, proposições, etc - contudo, com freqüência, opiniões totalmente divergentes - que foram produzidas nos últimos anos a respeito do fenômeno.

A abordagem aqui adotada não tem a pretensão de aprofundar o exame deste complexo tema, ela será circunscrita à exposição de alguns elementos da análise da crise com base na concepção de que ela deve ser considerada como uma crise de esgotamento do fordismo. Além do mais, tendo em vista os objetivos deste livro, a atenção será focalizada na crise do fordismo enquanto modo de organização da produção - com seu "sintoma" mais sensível e preocupante: o arrefecimento dos ganhos de produtividade do sistema²⁰. Deixaremos, portanto, de lado aspectos de não menor relevância (e que estão relacionados com o anterior) tais como a sua dimensão financeira (a crise financeira nas suas perspectivas nacional e mundial) e os problemas que afetam as relações internacionais (a relativa deterioração do modo de regulação do sistema capitalista mundial ligada ao declínio da hegemonia americana).

O primeiro ponto a ser destacado no tocante à análise da crise atual é que ela deve ser considerada como uma crise estrutural (ou "grande crise") e não como uma crise cíclica (ou "pequena crise"). A diferença é que este último tipo de crise consiste num momento de queda sensível do nível de atividade no quadro das flutuações cíclicas que caracterizam o comportamento de uma economia capitalista, ela deve então ser vista como "parte integrante da regulação no interior de um modo de "desenvolvimento estabilizado", correspondendo "à fase de depuração das tensões e desequilíbrios acumulados durante a expansão, no próprio interior dos mecanismos econômicos e das regularidades sociais e, portanto, do modo de regulação dominante num país e

²⁰ "O sintoma mais claro da crise do regime de acumulação é a desaceleração geral dos ganhos de produtividade, que se verifica por volta do final dos anos 1960, e afeta até mesmo os ramos de produção mais tipicamente fordistas, como a indústria automotriz" LIPIETZ, A. (1984), p. 28.

numa época dada"²¹. Já a crise estrutural, também chamada de "grande crise" é uma crise profunda que acaba afetando o "modo de regulação" ou o "regime de acumulação" (ou mesmo, ambos) marcando desta forma uma profunda ruptura do sistema vigente: o fim de uma fase de desenvolvimento do capitalismo (seja a nível nacional, seja mundial). A superação deste tipo de crise exige portanto transformações de grande envergadura, de caráter não apenas tecnológico e econômico, mas também político e social (o surgimento de novas "formas institucionais"). A crise atual marcaria, deste modo, o fim da "era fordista" de desenvolvimento do capitalismo nos países centrais.

Os primeiros sinais da crise contemporânea vêm à tona no final da década de 1960 e desde então esta situação vem se prolongando até os dias de hoje, com altos e baixos, e afetando de forma mais ou menos severa determinadas regiões, países, setores da economia e segmentos da sociedade. Na direção de uma explicação para o fenômeno e tentando, de certa forma, sistematizar os múltiplos fatores e razões apontados nas análises existentes, podemos ressaltar a opinião avançada por vários autores de que o fordismo - enquanto sistema de produção - tornou-se improdutivo, o que é revelado notadamente pela desaceleração do crescimento da produtividade dentro deste sistema²². Este esgotamento da capacidade do sistema para gerar ganhos de produtividade possui razões tanto de ordem técnica quanto de ordem social e econômica.

Quanto aos "limites técnicos" do fordismo, são apontados problemas que revelam uma excessiva rigidez do sistema face às necessidades colocadas pela atual conjuntura econômica mundial (que está exigindo soluções - tanto de ordem técnica quanto organizacional - dotadas de maior flexibilidade, voltaremos a esta questão a seguir). "De um ponto de vista eminentemente técnico, a procura de crescentes retornos de escala levou à construção de plantas industriais cada vez maiores, que devem produzir para uma fatia significativa do mercado global. Torna-se então mais difícil manter o equilíbrio da linha de montagem em relação à evolução da demanda, tanto em termos qualitativos (a mudança de modelos) quanto quantitativamente (adaptação a choque de curto

²¹ BOYER, R. (1990), p. 89. Neste livro (capítulo 8) o autor apresenta uma tipologia das crises do capitalismo segundo o enfoque da "escola francesa da regulação".

²² Vale notar que M. AGLIETTA em seu livro, cuja primeira edição data de 1976, já dava destaque a este aspecto da crise: "O esgotamento das possibilidades de aumento dos ganhos de produtividade do trabalho, aspecto central da crise do fordismo, não só anulou o aumento da taxa da mais-valia relativa, como também inverteu o seu sentido de evolução" - citado em PICHLER, W. A. (1988), p. 120.

prazo). De acordo com outro argumento, o fordismo é bastante eficiente, com relação à produtividade do trabalho e do capital, quando ele substitui sistemas mais antigos, mas torna-se cada vez mais difícil de se obter os mesmos resultados quando a questão é aprofundar - e não mais expandir - os mesmos métodos organizacionais. Donde um possível declínio das taxas de crescimento da produtividade (nos Estados Unidos, em meados dos anos 60) e/ou da eficiência do capital (em quase todos os países da OECD, a partir do mesmo período)"²³.

Quanto aos fatores de ordem sócio-econômica, são destacados o conflito distributivo e a resistência - chegando, por vezes, à revolta aberta - dos trabalhadores diretos em relação ao tipo de trabalho ao qual são submetidos no âmbito da organização taylorista-fordista do processo de produção, cujas características foram apontadas acima. As lutas que se verificaram em diversos países desenvolvidos no final dos anos 60, marcaram um momento de agudização destes conflitos. "As movimentações operárias e estudantis do período de 1968, com epicentros mais famosos na França e Itália, mas representando algo difuso em boa parte das sociedades capitalistas avançadas, inclusive os Estados Unidos, revelam uma inquietação social que, para nossos propósitos, apresenta dois pontos e/ou desdobramentos:

i) um incremento do poder sindical, que se desdobra em maiores conquistas econômicas para os trabalhadores (acirrando o conflito distributivo quando o "bolo" tem sua velocidade de crescimento reduzida) e na negociação sobre alguns aspectos básicos de organização e gestão da produção, como tempos-padrão, ritmos de linha de montagem, estrutura de cargos e salários, hora-extra, trabalho noturno, etc.

ii) uma recusa operária a determinadas formas de organização do trabalho, especialmente aquelas com forte pressão de tempo, como as linhas de montagem. Essa recusa se materializa pelo aumento do absenteísmo, atrasos, refugos, sabotagens, pedidos de demissão. Mais amplamente, questionava-se a própria disciplina fabril e as formas que assumia"²⁴.

Uma outra fonte de insatisfação social (que está, aliás, estreitamente relacionada com a anterior) é decorrente do movimento generalizado de elevação do nível de instrução das camadas

²³ BOYER, R. (1987), pp. 30-31.

²⁴ SALERNO, M. S. (1991), p. 26.

populares da população destes países. Tornava-se então cada vez mais difícil recrutar mão-de-obra que se sujeitasse sem resistência ao tipo de trabalho desqualificado predominante no processo de trabalho taylorista-fordista. "A segunda razão da crise do fordismo está precisamente na discrepância entre a tendência desqualificaste da "administração científica" e a crescente expectativa sobre a qualidade e iniciativa no trabalho"²⁵.

Do ponto de vista dos desdobramentos econômicos afetando diretamente a rentabilidade do capital, a desaceleração dos ganhos de produtividade²⁶ entra em colisão com a relativa rigidez da norma salarial (a prática generalizada da indexação do salário em relação à inflação e à elevação da produtividade da economia) e das relações de emprego vigentes (que conferiam, notadamente, certas garantias - que variavam, é verdade, significativamente, conforme o país considerado - de estabilidade do emprego), resultando daí uma compressão (um "esmagamento") dos níveis de lucratividade em vários setores destas economias.

Diante desta situação, uma das "saídas" praticadas nestes países consistiu numa tentativa de alterar profundamente as regras em vigor, no sentido de "flexibilizar" (conforme o eufemismo largamente utilizado) o salário e o emprego. Esta ofensiva contra as conquistas dos trabalhadores, obtidas durante a "idade de ouro" do fordismo, constituiu um dos eixos principais (ao lado da ofensiva - consubstanciada, em especial, nos programas de privatização – contra a intervenção, julgada excessiva, do Estado na economia) das estratégias políticas de caráter "neo-liberal" que tiveram, como se sabe, na Inglaterra (governo Thatcher) e nos Estados Unidos (governo Reagan) o seu terreno de aplicação mais notório. "Essa política de "flexibilidade liberal" foi posta em prática pelos governos do Reino Unido e, mais tarde, dos Estados Unidos, sendo finalmente seguida em muitos países da OCDE (...). O repúdio dos antigos compromissos sociais atingiu graus diversos e foi levado avante em diferentes frentes: desde as regras de aumento salarial com base na "inflação mais produtividade" até a cobertura e extensão da seguridade social, desde a liberalização dos procedimentos de demissão até a proliferação de empregos precários. Esse processo foi imposto de maneira autoritária (governo e firma aproveitando-se da "oportunidade" dos fracassos sindicais ou

²⁵ BOYER, R. (1989a, p.5), apud SALERNO, M. S. (1991), p.32.

²⁶ Ao que deve-se acrescentar os efeitos da crise do petróleo do início dos anos 1970, a qual provocou então um substancial aumento do custo da energia, repercutindo fortemente em vários ramos industriais "tipicamente fordistas".

de sucessos políticos de partidos conservadores) ou através da negociação de concessões entre capital e trabalho, em um contexto de custo crescente de perda do emprego"²⁷.

A evolução da crise de esgotamento do fordismo - já desde meados dos anos 1970, e ganhando contornos mais nítidos no decorrer dos anos 80 - foi portadora de algumas transformações importantes que, segundo alguns autores, apontam para a emergência de uma "nova conjuntura histórica"²⁸. No movimento complexo provocado pela crise e seus desdobramentos, cabe destacar três processos históricos que constituem, de, certo modo, os eixos das transformações que estão engendrando a "nova ordem": 1) a revolução tecnológica (também conhecida como "terceira revolução industrial"); 2) as mudanças de caráter organizacional que se traduzem no surgimento de princípios inovadores em matéria de organização do trabalho e da produção em geral; 3) as mudanças nos mercados de produtos e, em decorrência, nas formas da concorrência inter capitalista.

No que diz respeito a este terceiro processo, parece haver um diagnóstico que é quase consensual entre os autores, de que a era fordista da produção em massa de produtos indiferenciados (ou altamente padronizados) teria chegado ao fim²⁹. Este fenômeno foi produto das mudanças ocorridas nos mercados e na concorrência. Ao nível dos mercados, verificou-se a passagem de uma situação de crescimento sustentado e bastante regular da demanda durante a "época de ouro" do fordismo, a uma situação marcada pelo crescimento mais lento e por uma grande instabilidade da demanda, na qual as capacidades instaladas tanto a nível nacional quanto mundial são, em vários setores-chave, superiores ao nível da procura. "Nos grandes setores de produção em massa de produtos discretos (automóveis, eletrodomésticos, bens de consumo duráveis), mas também de produtos intermediários (siderurgia, petroquímica, vidro), uma

²⁷ LIPIETZ, A. (1991), p.107. Cabe observar que, no que se refere aos resultados macro-econômicos, a implementação deste tipo de estratégia de "flexibilidade liberal" deixou muito a desejar. Os países onde foi aplicado mais a fundo e de forma mais ortodoxa o receituário "neo-liberal" (destacando-se, como foi assinalado, os casos da Inglaterra e dos Estados Unidos) não são, de modo algum, aqueles cuja economia tem se comportado melhor ao longo da crise; os resultados aí colhidos foram, em geral, decepcionantes, ou mesmo francamente negativos.

²⁸ Esta expressão é usada por B. CORIAT (1990), os parágrafos que seguem são baseados nas idéias desenvolvidas pelo autor nesta obra (ver, em particular, o "prólogo", pp.13-31).

²⁹ Notar que não se trata do fim da norma de produção em massa tomada isoladamente: "Não é a produção em massa como tal que está condenada, mas sim a produção em massa de produtos indiferenciados" (Idem, p.21 - grifo do autor). Como veremos nos capítulos subseqüentes, os esquemas capazes de compatibilizar a produção em massa com diversificação de "out puts" parecem se constituir atualmente em alternativas bastante promissoras ao "fordismo clássico".

modificação central foi se consolidando ao longo dos anos 70. Consiste no seguinte: enquanto os mercados eram globalmente regidos pela demanda até os anos 60 - significando para as empresas que a saída de produtos era garantida, com a demanda sendo superior à oferta -, nos anos 70 a situação inverte-se e os mercados tornam-se globalmente regidos pela oferta: as capacidades instaladas são superiores às demandas"³⁰. Esta evolução determina, ao mesmo tempo, um acirramento e uma mudança na forma dominante da concorrência entre empresas: o aparecimento de "novas normas de concorrência". "Em resumo, passou-se de uma forma de competição e concorrência que era principalmente baseada na produção em grandes séries a custos baixos, em mercados em que a situação dominante era o excesso de demanda, a formas de concorrência nas quais às exigências quanto ao custo, que, certamente, não desapareceram - e eu insisto neste ponto - acrescentam-se imperativos de "qualidade" e de diferenciação. Emprego as duas expressões pois elas não são substituíveis uma pela outra. Imperativo de qualidade na medida em que a qualidade dos produtos propriamente ditos torna-se um elemento da competitividade(...). Assim é que a qualidade se tornou um determinante da competitividade. Outro elemento da competitividade: a diferenciação"³¹. Tais mudanças implicam na condenação – por inadequação às novas condições de mercado e competitividade – dos sistemas rígidos, e na tendência crescente, à busca de esquemas flexíveis de produção capazes de se adaptar à volatilidade e à diversificação da demanda.

Quanto às mudanças organizacionais, constata-se o surgimento de novos conceitos nesta área. O modo taylorista-fordista de organização atingiu seus limites, dando lugar a uma série de experiências no decorrer das últimas décadas, as quais resultaram em numerosas e importantes inovações organizacionais, algumas delas tendo inclusive precedido a atual onda de inovações tecnológicas propriamente ditas. Deste contexto de inovações organizacionais emerge um novo conceito "pós-taylorista": "um novo conceito geral em organização - pós-taylorista - se constitui para a própria produção em séries muito grandes, ou seja, lá mesmo onde a rigidez parecia ser mais incontornável. Este conceito está baseado em três princípios interdependentes:

- distribuir o trabalho não mais em postos individuais e tarefas parcelares, mas em "ilhas" de trabalhadores, em pequenos grupos gerando um conjunto homogêneo de tarefas;

³⁰ CORIAT, B. (1988), p.19.

³¹ CORIAT, B. (1992), pp. 14-15.

- quebrar o caráter unidimensional das linhas de montagem e de fabricação, no sentido de conceber a oficina como uma rede de mini-linhas entre as quais o produto circula segundo trajetórias que se tornaram complexas;

- enfim, substituir o transportador que se movimenta numa cadência fixa por veículos que se movem sobre uma rede, em cadências flexíveis (...). Em suma, passa-se das linhas unidimensionais a cadência rígida, para organizações multidimensionais em rede e a cadências flexíveis"³².

Finalmente, as mudanças que estão atingindo nos últimos anos a base técnica da produção são sobejamente conhecidas, constituindo-se talvez na face mais espetacular das transformações contemporâneas. Na origem da presente "revolução tecnológica" está o aparecimento do microprocessador - "verdadeiro coração e centro nervoso das máquinas modernas"³³ - no início dos anos 70, o que foi seguido da rápida difusão de seu uso nos sistemas produtivos. "Com efeito, em torno do microprocessador e do computador, e na interface entre a eletrônica, a informática e as telecomunicações, toda uma safra de objetos técnicos inéditos, sejam eles processos, sejam produtos, invade lentamente o mundo material ou então tece em segredo as redes do imaterial. Como ocorre apenas uma vez em períodos seculares, em torno do que já se convencionou chamar de "tecnologias da informação", uma revolução está em curso"³⁴.

1.4 - O Fordismo no Brasil

Para tentarmos introduzir uma reflexão acerca da pertinência - ou não, e até que ponto - da aplicação do conceito de fordismo à realidade brasileira, seja do passado seja do presente, convém ter em mente aquela distinção colocada no início deste capítulo entre os dois níveis de definição do conceito: um nível mais global (o fordismo como uma etapa do desenvolvimento do capitalismo em determinadas formações sociais) e um nível menos abrangente (enquanto modo de organização da produção).

³² CORIAT, B. (1990), p.19.

³³ Idem, p.25.

³⁴ Ibid. pp. 25-26.

1.4.1 O padrão de desenvolvimento da economia brasileira: crescimento acelerado porém socialmente excludente

Ao nível macro-econômico e macro-social, examinando-se a evolução histórica do capitalismo no Brasil durante o pós-guerra³⁵, chega-se forçosamente à conclusão de que o fordismo teve aqui um desenvolvimento bastante limitado e contraditório³⁶.

Tais limitações não se devem, no entanto, a uma falta de dinamismo da economia, pelo contrário, o crescimento da economia brasileira, considerando-se o conjunto do período que vai de meados da década de 1940 até 1980 (os anos 80 constituem um caso à parte, ao qual faremos uma referência abaixo), foi bastante acelerado. "O rápido crescimento econômico (com uma taxa média anual de cerca de 7%) permitiu que o PIB dobrasse de volume a cada dez anos e decuplicasse entre 1945 e 1980. Seu desempenho, superior ao dos países avançados, permitiu que o Brasil superasse várias economias da América Latina (Argentina, Chile e Uruguai) e passasse a ocupar a oitava posição entre as economias industrializadas"³⁷. Assinale-se que este crescimento da produção foi predominantemente voltado para o mercado interno - o que é, aliás, traço característico dos processos de industrialização via substituição de importações -, a participação do comércio exterior foi relativamente pouco expressiva: "uma economia introvertida. Quer se trate de importações, quer de exportações, é relativamente baixo o grau de abertura da economia estimado em percentagem do PIB. Nesse sentido, pode-se considerar o processo de acumulação como sendo relativamente introvertido"³⁸.

³⁵ Está fora de nossos objetivos neste trabalho a apresentação de um retrospecto histórico mais detalhado sobre o processo de industrialização do país em suas diferentes fases. Destacaremos tão somente algumas características gerais deste processo, que estão mais diretamente relacionadas com a problemática aqui abordada.

³⁶ Ao examinar a situação de determinados países semi-industrializados - entre os quais inclui o Brasil - onde o processo de desenvolvimento do fordismo se deu de forma incompleta e precária, A. LIPIETZ propõe a noção de "fordismo periférico", que o autor define da seguinte forma: "Tal como o fordismo, está baseado na reunião da acumulação intensiva com o crescimento dos mercados de bens finais. Mas permanece sendo "periférico", no sentido em que, nos circuitos mundiais dos ramos produtivos, os empregos qualificados (sobretudo no domínio da engenharia) são majoritariamente exteriores a estes países. Além disso, os mercados correspondem a uma combinação específica de consumo local das classes médias, consumo crescente de bens duráveis por parte dos trabalhadores e de exportação a baixo preço para os capitalismos centrais" LIPIETZ, A. (1991), p. 119.

³⁷ MATTOSO, J. E. L. e OLIVEIRA, M. A. (1990), p.6.

³⁸ CORIAT, B. e SABÓIA, J. (1988), p. 32 - grifo dos autores. Note-se, porém, que este fato não significa que a economia brasileira não tenha passado por um processo de internacionalização. Tal processo ocorreu efetivamente, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 50 (Plano de Metas), fortalecendo-se no período do chamado "milagre econômico". Como resultado da internacionalização, por exemplo, não se pode desconhecer o grande peso das empresas multinacionais em setores de crucial importância, e de grande dinamismo da economia brasileira.

O desempenho do setor industrial foi ainda mais notável, constituindo-se no motor do crescimento. Com efeito, se tomarmos o PIB do setor manufatureiro, veremos que ele cresceu a uma taxa anual de 9,1% no período 1950-60, 6,9% em 1960-70, 11,8% em 1970-75 e 7,4% entre 1975 e 1980³⁹. No contexto da América Latina, este crescimento foi bastante superior à média dos países da região, de modo que a participação brasileira no PIB manufatureiro latino-americano passou de 21,9% em 1950 (neste ano a participação brasileira era inferior à Argentina - 29,3% - e praticamente igual à mexicana, que era de 21,3%) para 28,2% em 1960, 29,3% em 1970 e 37% em 1980 (neste último ano a participação da Argentina havia caído para apenas 12,2% e a do México aumentado para 27,9%)⁴⁰ (40). Do ponto de vista interno, o crescimento acelerado aumentou significativamente o peso do setor industrial no conjunto da economia brasileira - passando de 20% da renda interna em 1949 para 26% em 1980 -, em detrimento do setor primário cujo peso foi drasticamente diminuído neste período.

Focalizando agora a composição da produção industrial, constata-se uma mudança de estrutura em decorrência do ritmo de crescimento desigual dos diferentes setores. "A estrutura da produção industrial também se alterou profundamente. O setor produtor de bens de consumo não-duráveis que detinha cerca de 73% do valor da produção em 1949 reduziu sua participação para apenas 34% em 1980. Em contrapartida, os setores "de bens de consumo duráveis e de bens de capital que participavam em 1949 com apenas 2,5% e 4,3%, alcançaram 14% e 15% respectivamente. Desta forma, os setores predominantes no emprego industrial no fim da década de 40 (têxtil, vestuário, couro, alimentos e bebidas, vidros e móveis) deixam de sê-lo em 1980 (de 54,1% para 31,2%). Em contraposição, os novos setores (metalurgia, mecânica pesada, química, borracha, farmacêutica) ampliaram sua participação no emprego (de 23,1% em 1950 a 38% em 1980)"⁴¹.

Examinando-se a estrutura da indústria, moldada ao longo destes anos de intenso crescimento, e confrontando-a com o padrão que predomina nos países centrais "fordistas", verifica-se que a evolução desta estrutura apresenta "fortes semelhanças", notadamente: diminuição

³⁹ Cf. ERBER, F. S. (s/d), Quadro I.1, p.89.

⁴⁰ Cf. Idem, Quadro 1.4, p.92.

⁴¹ MATTOSO, J. E. L. e OLIVEIRA, M. A. (1990), pp.7-8.

da participação dos ramos produtores de bens de consumo não-duráveis e aumento do peso das indústrias pertencentes ao setor metal-mecânico, incluindo produção de bens de consumo duráveis e de maquinaria⁴². Observe-se, porém, que o peso relativo do setor produtor de bens de capital na estrutura industrial - apesar do notável crescimento deste setor, principalmente nas décadas mais recentes (com exceção da década de 80) - ainda é bem inferior àquele verificado nos países centrais: "A diferença é mais pronunciada quando se considera somente bens de capital. Fajnzylber (1983) estima que a participação desta indústria no valor industrial adicionado é quase três vezes maior nos países capitalistas avançados que no Brasil, o principal produtor do Terceiro Mundo (excluindo a China)"⁴³.

Contudo, como é bem sabido, este dinamismo no que se refere ao crescimento econômico e o estágio relativamente avançado que se atingiu na construção de um aparelho industrial diversificado, assemelhando-se à estrutura encontrada nos países centrais - embora com deficiências consideráveis na produção de bens de capital e, principalmente, a ausência de uma real capacitação para a inovação tecnológica -, confronta-se, por outro lado, com um quadro profundamente negativo no que se refere aos resultados sociais do crescimento econômico. "Uma das principais características do padrão brasileiro será a de combinar o elevado dinamismo econômico com o mais vergonhoso descaso social, agravando as carências sociais, a miséria e a marginalidade urbana"⁴⁴.

Em decorrência do caráter socialmente excludente e fortemente concentrador do desenvolvimento capitalista no Brasil, não ocorreu aqui a formação de uma verdadeira norma de consumo de massa e pouco se avançou no caminho "da edificação de um Estado do Bem-Estar nos moldes daquele existente nos países fordistas do centro. As condições políticas que viabilizaram tal evolução naqueles países, nunca se concretizaram plenamente no caso da sociedade brasileira. "Em muitos países, como o Brasil, os mesmos regimes autoritários que reprimiam a organização dos trabalhadores, seguiram políticas de rendas que mantiveram os aumentos salariais abaixo do aumento na produtividade e, freqüentemente, reduzidos em termos reais, tendo como "rationale" o estímulo ao investimento. Dada esta política salarial, a única alternativa para se criar mercados

⁴² Cf. ERBER, F. S. (s/d), p. 179.

⁴³ Idem, pp.179-180.

⁴⁴ QUADROS, W. J. (s/d), p.10.

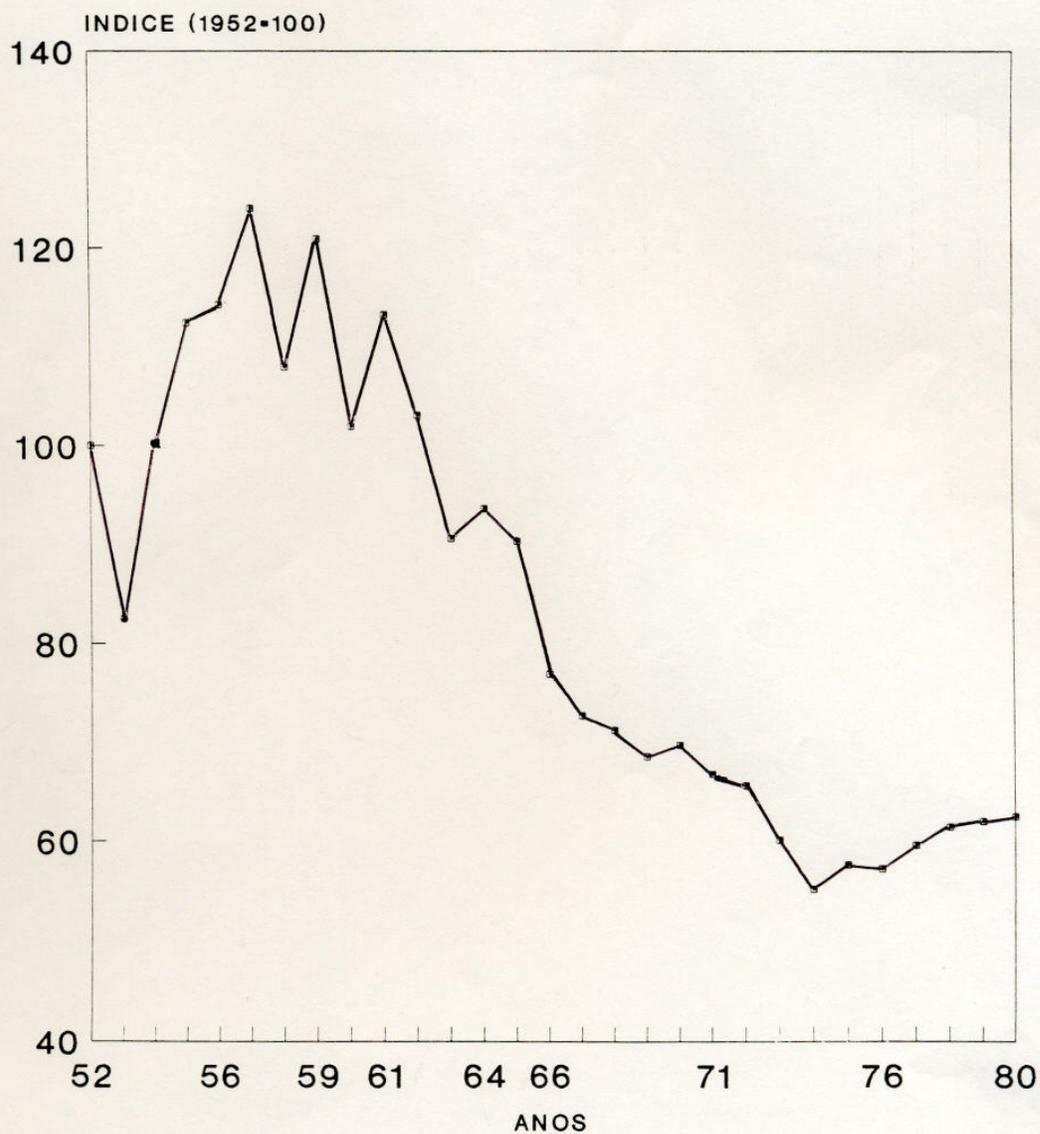
internos para os bens fordistas, especialmente bens de consumo duráveis, foi uma distribuição de renda altamente distorcida, gerando um estilo de desenvolvimento apropriadamente qualificado de "perverso"⁴⁵.

Esta constitui, efetivamente, uma das principais diferenças entre o caso brasileiro e o "fordismo" dos países do centro. Como foi assinalado, o desenvolvimento capitalista do pós-guerra naqueles países gerou um amplo processo de massificação do consumo, enquanto que no Brasil tal processo teve caráter bastante restrito. Quando são buscadas as razões que explicam tal situação, aponta-se de imediato para o fato de que a norma salarial fordista nunca foi dominante no país. Com efeito, ao se contemplar a evolução dos salários ao longo do tempo - e deixando portanto de lado as diferenças, por vezes substanciais, de comportamento dos salários nas diferentes fases de desenvolvimento da economia brasileira - "constata-se que, de um modo geral (ou seja, considerando-se a grande massa dos trabalhadores e abstraindo-se os diferenciais entre categorias ou níveis de qualificação), não se registrou transferência dos ganhos de produtividade para os salários, e mesmo a indexação em relação à inflação foi imperfeita, provocando urna perda de poder aquisitivo. O gráfico 2 (evolução do salário mínimo real entre 1952-80) mostra que após um período, durante a segunda metade dos anos 50, durante o qual houve uma elevação, o valor real do salário mínimo descreveu uma trajetória declinante até 1980, ano em que este valor atinge 50% daquele verificado em 1950. Considerando somente o período 1960-80, observa-se um acentuado descompasso entre o ritmo de crescimento da produção e o do salário mínimo. "Este comportamento discrepante entre as evoluções do salário mínimo e do PIB, provocou a redução da relação entre salário mínimo e a renda nacional per capita. Enquanto em 1959, o salário mínimo equivalia a 2,1 vezes a renda per capita; em 1980 ele passou a corresponder a 0,4"⁴⁶. A perda do poder aquisitivo do salário de base atingiu até mesmo categorias com posição relativamente privilegiada (situadas nas regiões mais desenvolvidas, sindicatos com maior poder de barganha, etc.). Com efeito, o gráfico 3 mostra uma queda do valor do salário médio e mediano dos metalúrgicos não qualificados do Município de São Paulo (período 1956-76), registrando portanto comportamento semelhante ao do salário mínimo.

⁴⁵ ERBER, F. S. (s/d), pp.177-178.

⁴⁶ BALTAR, P. E. e DEDECCA, C. S. (1992), p.22.

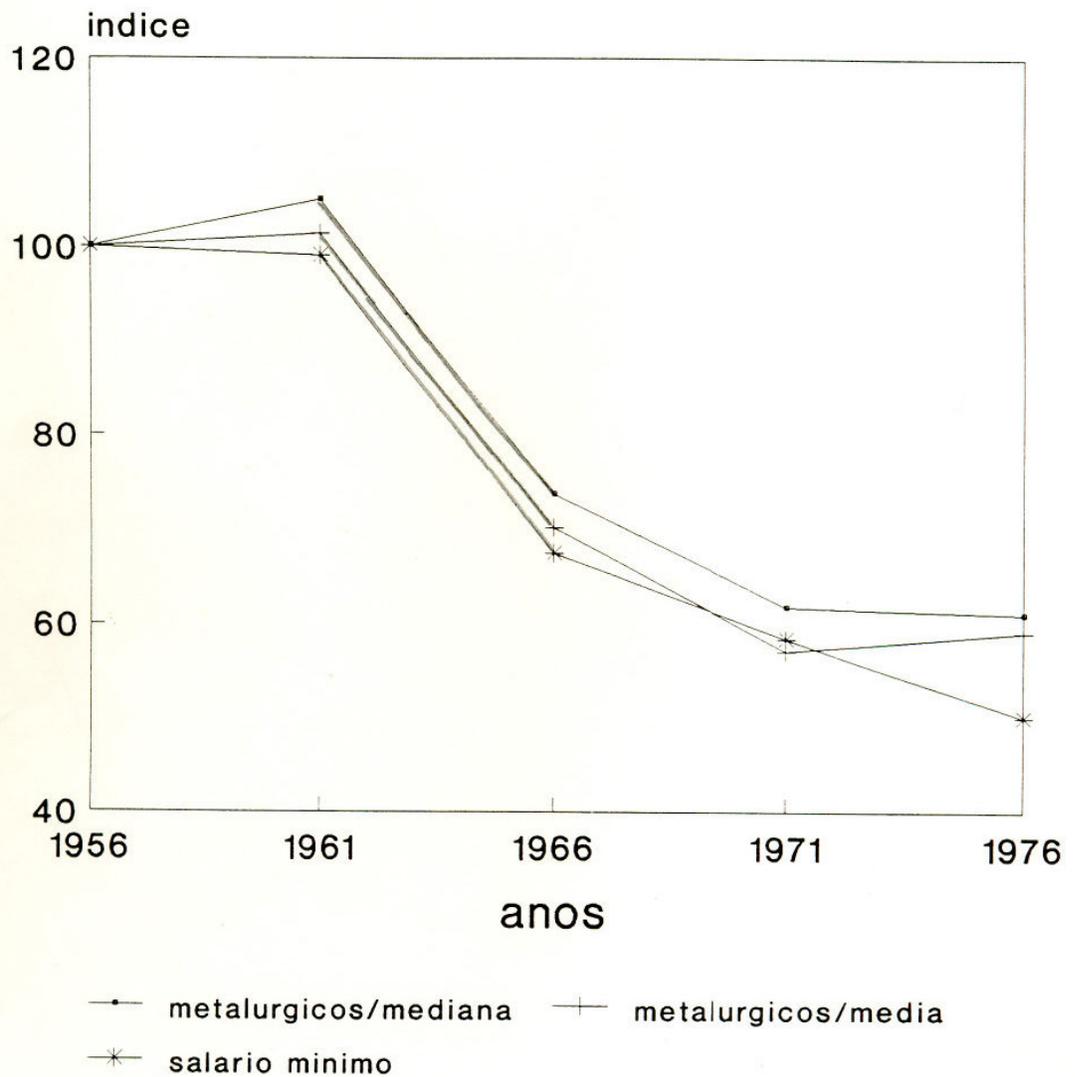
GRAFICO 2- EVOLUCAO DO SALARIO MINIMO REAL 1952-80



Obs.: Deflator utilizado ICV-DIEESE

tirado de BALTAR, P.E. e DEDECCA, C.S. (1992)

**GRAFICO 3 - EVOLUCAO DOS SALARIO MINIMO
E DO SALARIOS DOS METALURGICOS NAO
QUALIFICADOS DE SAO PAULO - 1956-76**



FONTE: DIEESE, Distribuicao salarial em
Sao Paulo segundo guias de contribuicao
sindical, mimeo, SP, 1977.

tirado de BALTAR, P.E. e DEDECCA, C.S. (1992)

A deterioração dos níveis salariais da grande massa dos trabalhadores teve evidentemente impacto negativo sobre a distribuição da renda. Trata-se de um dos resultados mais notórios do "padrão excludente" de desenvolvimento do capitalismo no país. Na Tabela 1 são apresentados dados revelando a progressiva concentração da renda nos anos 1960, 70 e 80.

Tabela 1 – Distribuição percentual de renda da população ativa no Brasil -1960-1980

Percentagem de População	Percentagem da Renda		
	1960	1970	1980
Os 20% menos ricos	3,9	3,4	2,8
Os 50% menos ricos	17,4	14,9	12,6
Os 10% mais ricos	39,6	46,7	50,9
Os 5% mais ricos	28,3	34,1	37,9
Os 1% mais ricos	11,9	14,7	16,9
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE: apud CORIAT, B. e SABOIA, J. (1988) p. 18.

Por fim, cabe ressaltar uma característica de fundamental importância do mercado de trabalho brasileiro, que tem considerável influência sobre seu funcionamento - e, em particular, sobre os mecanismos de formação dos rendimentos do trabalho -, e o diferenciam bastante dos mercados de trabalho dos países "fordistas" do centro: a existência de um contingente extremamente numeroso de trabalhadores que estão fora do mercado formal, de trabalho, inseridos no chamado "setor informal" da economia. A definição da "relação informal" de trabalho é sujeita a controvérsia, mas, para efeito de simplificação, pode-se considerar como consistindo na ausência de um vínculo formalizado (contrato ou coisa semelhante) de trabalho. Portanto, pode-se incluir no "informal", de um modo geral, o trabalhador autônomo ou aquele que não possui carteira assinada pelo empregador. É difícil de se obter uma avaliação quantitativa exata a respeito do tamanho do "setor informal" (que depende obviamente da definição adotada e dos dados estatísticos utilizados), porém não existe dúvidas quanto ao enorme peso que ele possui: "Caso se considerem os assalariados sem carteira de trabalho, os trabalhadores independentes e aqueles não remunerados como típicos do setor informal, constata-se que perfazem quase 2/3 da população ativa do país,

praticamente a totalidade na agricultura, a metade nas regiões urbanas e 45% da população ativa do Estado de São Paulo. Portanto, o setor informal aparece como sendo importante mesmo nos centros desenvolvidos do Brasil⁴⁷

1.4.2 - A organização "fordista" da produção no Brasil - origens e atualidade.

Considerando agora o fordismo enquanto princípio de organização da produção, constata-se, igualmente, que no Brasil seu desenvolvimento foi limitado e desigual no tocante à sua difusão espacial (as diferenças regionais) e setorial. E. B. Silva, ao examinar as origens do fordismo no Brasil, destaca algumas características do processo de desenvolvimento deste sistema no país, em comparação com o que ocorreu na "trajetória clássica" que se observou em determinados países desenvolvidos:

i) No caso brasileiro não se verificou um movimento generalizado de desqualificação da mão-de-obra em decorrência das mudanças tecnológicas: "Ao contrário, um emprego industrial significou, principalmente, aquisição de qualificação para trabalhadores rurais, que se tornaram trabalhadores industriais semiqualeificados"⁴⁸;

ii) As gerências estruturas de cargos e das empresas possuíam poder para impor salários, sem enfrentar contestação expressiva da parte dos trabalhadores;

iii) Disponibilidade de mão-de-obra e profunda segmentação do mercado de trabalho: "Força de Trabalho adequada estava, em geral, disponível no início da industrialização. Na medida em que a indústria expandia, o Estado intervinha no mercado de trabalho com políticas para estabilizar a força de trabalho. Isso terminou por criar uma camada de trabalhadores "centrais" – estáveis e qualificados - e outra camada de trabalhadores não-qualificados ou semiqualeificados, que eram levados a "rodar" entre diferentes empregadores"⁴⁹;

iv) As especificidades do movimento de organização dos trabalhadores no país: "Trabalhadores brasileiros conquistaram alguma legitimidade de suas instituições de representação logo nos anos 30. Contrariamente ao que ocorreu em vários países desenvolvidos, no Brasil essas instituições foram outorgadas por um Estado paternalista, autoritário e controlador. Isto ocorreu

⁴⁷ CORIAT, B. e SABOIA, J. (1988), pp. 26-27.

⁴⁸ Silva, E. B. (1991), p. 354.

⁴⁹ Idem, p.3547.

porque o Estado brasileiro e as classes dominantes, desde o início deste século, têm orientado suas políticas levando em conta as organizações dos trabalhadores, apesar de estes terem permanecido reduzidos, desorganizados e reprimidos durante a maior parte deste período"⁵⁰.

Após o golpe de 1964, no período da ditadura militar, não se deu propriamente uma mudança estrutural na configuração das relações de trabalho no país, seus traços fundamentais foram em grande medida preservados; ocorrerá, no entanto, uma certa inflexão no sentido de um fortalecimento do caráter autoritário e repressivo destas relações. Destacam-se algumas iniciativas do regime militar que deram suporte efetivo e favoreceram tal tendência, contribuindo concomitantemente para rebaixar os salários: "1) controle estatal rígido sobre os sistemas de remuneração, pelos quais os aumentos salariais eram sempre estabelecidos abaixo da taxa de inflação e as taxas de produtividade não eram pagas; 2) proibição de greves e repressão violenta para forçar o cumprimento das normas governamentais; 3) estabelecimento de um novo sistema de indenização para demissões (chamado FGTS) que abolia a estabilidade no emprego"⁵¹.

Neste contexto político marcado por uma forte repressão ao movimento sindical e à organização dos trabalhadores no local de trabalho, e dada a situação do mercado de trabalho (onde havia, em geral, abundância de mão-de-obra não-qualificada, embora pudesse ocorrer em certos momentos de intenso crescimento, escassez localizada para certas categorias de trabalhadores), a determinação governamental pondo fim à estabilidade do emprego constituiu-se num vigoroso estímulo no sentido de aumentar a rotatividade do trabalho. "Nos anos 1970, as taxas de rotatividade do trabalho dobraram em relação aos anos 60. Três quartos do total de demissões foram de iniciativa dos empregadores, durante os anos 1970. Todos os dias longas filas se formavam às portas dos escritórios de recrutamento de trabalhadores para as fábricas. Todos os dias um grande número de pessoas eram demitidas. Os mais atingidos eram os trabalhadores não qualificados, facilmente substituíveis. Em pesquisa extensiva sobre a questão da rotatividade do trabalho no Brasil, nos anos 70, sustentei que as demissões eram usadas como um meio de central importância para manter a disciplina e tinham também o efeito de controlar os custos salariais"⁵².

⁵⁰ *ibid.*, p. 354.

⁵¹ *ibid.*, p. 355.

⁵² SILVA, E. B. (1990), p.22.

A situação que se observava neste período no tocante à organização do trabalho nas fábricas brasileiras foi objeto de algumas (não muito numerosas) pesquisas. Com base numa análise de alguns destes trabalhos, R. Q. Carvalho destaca o que considera ser o principal traço característico do padrão de utilização da força de trabalho na indústria brasileira durante os anos 70: "A característica mais importante deste padrão consistiu na superexploração ou exploração predatória da força de trabalho, baseada na intensificação do trabalho (através da aceleração dos ritmos de trabalho e da extensão da jornada pela realização compulsória de horas-extras) e numa política consciente de contenção da evolução dos salários bem abaixo do crescimento da produtividade"⁵³.

Para termos uma idéia mais precisa acerca dos esquemas implementados então em termos de organização do trabalho industrial, vale ressaltar aqui alguns resultados de uma pesquisa realizada por A. C. Fleury em 1978, sobre empresas localizadas na Grande São Paulo e pertencentes a seis ramos industriais, cujo objetivo era estudar a organização do trabalho e seus determinantes. O autor considerou o esquema de organização do trabalho posto em prática pela grande maioria das empresas de sua amostra - esquema por ele denominado de "rotinização do trabalho" - como sendo uma adaptação de certos princípios da "organização científica do trabalho à realidade brasileira (e paulistana, em particular) - que, como vimos, caracterizava-se, entre outros aspectos, pela baixa qualificação e baixo custo da mão-de-obra, por regras institucionais que incentivavam a rotatividade do trabalho, etc. -, influenciada pela percepção desta realidade por parte do empresariado. A organização do trabalho encontrada nas empresas pesquisadas refletiria assim, segundo o autor "principalmente os aspectos sociais envolvidos na questão, colocando em segundo plano os fatores técnicos relacionados ao objetivo de produtividade"⁵⁴. Este esquema de "rotinização do trabalho" é caracterizado da seguinte forma: "Se nos reportarmos às características do esquema de Rotinização, observaremos que ele, realmente, é dirigido para um tipo de mão-de-obra não-qualificada, barata e instável. Não obstante, nesse esquema o trabalho é organizado de forma que: i) não permita a qualificação e o aperfeiçoamento de mão-de-obra; ii) não permita o contato e o agrupamento, entre os operários, evitando sua possível organização; iii) mantenha baixos os salários individuais dos operários; iv) induza à rotatividade da mão-de-obra. (...) O trabalho na produção não é organizado de forma que utilize a mão-de-obra de maneira eficiente,

⁵³ CARVALHO, R. Q. (1987), p. 36 - grifos do autor.

⁵⁴ FLEURY, A. C. (1983), p. 93.

mas de forma que a desqualifique e a desorganize, minimizando a possibilidade de surgimento de conflitos dentro da fábrica (...) o objetivo de máxima produtividade é sobrepujado pelo de minimização dos conflitos entre capital e trabalho"⁵⁵.

A partir do final dos anos 1970 e início dos 80 esta situação sofrerá significativas transformações, que estão marcadas, no que se refere ao contexto global da sociedade, por dois movimentos que constituem uma espécie de "pano de fundo" para as mudanças no sistema de organização da produção. Primeiramente, no plano econômico, é necessário destacar a forte desaceleração do crescimento e seus desdobramentos. Como é sabido, deste ponto de vista os anos 80 constituem efetivamente uma "década perdida": "A taxa histórica média de crescimento desde o pós-guerra, que superava os 7% ao ano, reduziu-se para 2,2% ao ano (...). O setor que menos cresceu no período 1980-89 foi a indústria (13,7%) (...) (o que) revela um evidente esgotamento do padrão de industrialização implantado no país"⁵⁶.

No plano político-social, ressalta-se o fim da ditadura militar e o ressurgimento da democracia. No bojo do processo de democratização do país, verificou-se, a partir do final dos anos 70, uma revitalização do movimento sindical brasileiro, o qual veio a constituir-se, inegavelmente num dos principais atores da cena política do país durante a década de 80: "os anos 80 foram anos de dinamismo e de busca de novos caminhos para o sindicalismo. Foram conquistados direitos, organizaram-se centrais sindicais, lutou-se contra a estrutura corporativa oficial, foram fortalecidas as organizações de base, ampliou-se o espaço das organizações coletivas e conquistou-se amplo reconhecimento social"⁵⁷.

Dentro deste quadro geral, ocorrerá durante a década de 80 um processo de modernização tecnológica e organizacional das atividades econômicas, atingindo sobretudo o setor financeiro e os ramos ou segmentos de ramos da indústria mais voltados para a exportação (os quais se defrontavam com a acirrada concorrência no mercado internacional)⁵⁸. Do lado da modernização tecnológica, dá-se ênfase à introdução da automação microeletrônica, e quanto às mudanças

⁵⁵ Idem, p.106.

⁵⁶ CONCEIÇÃO, O. A. C. (1990), PP. 21-22 - apud Salerno, M. S. (1991), p.37.

⁵⁷ MATTOSO, J. E. L. e OLIVEIRA, M. A. (1990), pp. 1-2.

⁵⁸ Cf. SILVA, E. B. (1991), p. 40.

organizacionais sobressaem as iniciativas de implantação de esquemas inspirados nas práticas japonesas (ver o capítulo sobre o "modelo japonês"). Alguns pesquisadores chamaram, porém, a atenção para o caráter relativamente restrito deste processo de modernização (principalmente em se tratando de automação microeletrônica), notadamente se o confrontarmos em a magnitude deste processo em certos países centrais (e mesmo periféricos, como a Coréia do Sul). "Apesar de muitas diferenças frente aos países centrais, inúmeras pesquisas vêm mostrando que à pouca difusão de automação flexível na indústria brasileira contrapõe-se um movimento mais forte de mudanças organizacionais, embora parte das vezes significando a adaptação às condições sócio-econômico-político e culturais de técnicas oriundas do "modelo japonês no que poderíamos chamar de "modelo nissei""⁵⁹.

As evidências colhidas - ainda relativamente escassas e parciais - pelas pesquisas realizadas sobre o processo de modernização em curso não nos permitem chegar a uma visão mais precisa e abrangente a respeito das características e, principalmente, quanto aos efeitos deste processo. Apesar destas limitações, alguns autores desencadearam recentemente um debate que nos interessa diretamente, posto que coloca em questão a atualidade e o futuro do fordismo, enquanto sistema de organização da produção, no país. O debate está centrado principalmente nos impactos da introdução da automação flexível sobre os processos de trabalho. Com base em extensa pesquisa sobre as unidades de produção das empresas montadoras de automóveis no Brasil, R. Q. Carvalho e H. Schmitz defendem a tese de que a introdução da automação flexível (ou programável) nestas plantas tem acarretado um fortalecimento do fordismo, ao contrário do que vem ocorrendo em outros países, nos quais este novo tipo de automação teria - segundo opinião bastante difundida entre os estudiosos do assunto - contribuído significativamente para uma superação do fordismo (emergência de esquemas pós-fordistas): "Em contraste com as novas tendências das economias centrais, nossa pesquisa mostra que a adoção da automação programável na indústria automobilística brasileira está associada ao reforço da organização de trabalho fordista"⁶⁰.

⁵⁹ SALERNO, M. S. (1991), p. 40.

⁶⁰ CARVALHO, R. Q. e SCHMITZ, H. (1990), p. 150. Para essas observações foi também utilizado um resumo feito por RESENDE, M. F. C. "O Modelo Fordista e os novos paradigmas tecnológico-organizacionais: o caso brasileiro", trabalho de curso, mestrado em economia, CEDEPLAR/UFMG, abril de 1992.

Tal tendência decorreria, segundo os autores da forma como está sendo introduzida a nova tecnologia, forma esta que é explicada essencialmente pelas condições político-econômicas do país, em especial: baixo nível dos salários, sindicatos que não possuem força suficiente para influir efetivamente nas decisões empresariais em matéria de modernização tecnológica e organizacional, custo superior da tecnologia de automação no Brasil em comparação com os países centrais devido à proteção governamental ao setor eletrônico aqui instalado, queda do investimento industrial provocada pela crise econômica dos anos 80 no país⁶¹.

Em função destas condições gerais, o processo de automação programável vem assumindo no país um caráter parcial e seletivo, tendo como consequência um aumento do controle sobre o trabalho direto, o que estaria provocando uma intensificação do mesmo. "A característica básica do novo processo é a substituição do trabalho manual em certas operações de manufatura estratégicas e a integração da maioria das tarefas restantes em sistemas de transferência controlados eletronicamente. Como resultado, a submissão dos trabalhadores à linha de montagem mecanizada se estende a novas áreas"⁶². Ou seja, em outros termos: "a automação seletiva acarreta uma integração e sincronização progressiva de todas as operações de manufatura, sejam estas realizadas por pessoas ou máquinas. Deste modo as tarefas tornaram-se mais ritmadas pela máquina do que antes, e o fordismo, ao invés de ser superado, é intensificado"⁶³.

Estas conclusões do trabalho de R. Q. Carvalho e H. Schmitz foram contestadas por E.B. Silva, que se apoiou para tanto em resultados de pesquisa realizada pela própria autora e em trabalhos de outros pesquisadores. Destacaremos aqui os argumentos que nos parecem mais relevantes dentre aqueles apresentados pela autora. Em primeiro lugar, ela observa que "o caráter da modernização tecnológica tem sido historicamente sempre seletivo e gradual como regra"⁶⁴, esta característica não constituiria portanto uma especificidade do caso brasileiro. Em segundo lugar, a autora observa que não se pode generalizar os resultados encontrados numa indústria para outros ramos (com o que, aliás, pelo que me parece, R. Q. Carvalho e H. Schmitz concordariam

⁶¹ Cf. CARVALHO, R. Q. e Schmitz, H. (1990), p. 151.

⁶² *Idem*, p. 152.

⁶³ *Ibid.* p. 151.

⁶⁴ Por estar isto fora dos limites do presente livro, evitaremos entrar propriamente em considerações a respeito dos argumentos apresentados no debate. Não obstante, poderíamos ponderar que - se confrontarmos o caso brasileiro de um modo geral, com o de determinados países centrais - o caráter seletivo e gradual da automação tem sido bem mais acentuado aqui do que nos países onde a difusão da nova tecnologia já atingiu estágios mais avançados.

perfeitamente), mas ela questiona também, baseada nos resultados de outras pesquisas, a validade das conclusões mesmo no que concerne à própria indústria automobilística no seu conjunto, devido a existência de notáveis diferenças quanto às estratégias de automação executadas pelas empresas, o que implicaria também em impactos diferenciados. Em terceiro lugar, E .B. Silva contesta a conclusão de que a automação tenha acarretado uma intensificação do trabalho nas usinas de montagem de automóveis, respaldada em certas evidências ela julga mais plausível que tenha havido um aumento de eficiência do trabalho (o que não implica necessariamente em intensificação).

Finalmente, a autora apresenta alguns resultados de pesquisas realizadas recentemente que constataram: aumento da demanda de mão-de-obra com maiores níveis de qualificação; aumento da flexibilidade na utilização da força de trabalho; busca de maior colaboração, iniciativa e responsabilidade dos trabalhadores; etc. Tal evolução ao nível da organização da produção estaria sendo reforçada por algumas tendências que marcaram o quadro político-social brasileiro durante os anos 80, e, em particular, pelo processo de redemocratização política e o fortalecimento do movimento sindical⁶⁵

Com base em tais constatações a autora concluiu que: "É altamente questionável se tais tendências representam um maior vigor do fordismo no setor industrial moderno brasileiro. Elas parecem ir na mesma linha que os desenvolvimentos em economias que têm experiências de mais longo prazo com tecnologia microeletrônica"⁶⁶. Posição esta que é reafirmada em outro trabalho da autora (de uma maneira que, aliás, poderíamos considerar um tanto quanto "otimista"): "Os novos padrões de organização do trabalho no Brasil parecem estar se movendo na mesma direção das tendências que prevalecem ao nível internacional. Se as mudanças recentes no Japão ou nas economias industrializadas ocidentais representam novas versões do fordismo, o padrão brasileiro é igualmente uma renovação do fordismo. Além do mais, pelo que parece, as novas mudanças mostraram que incrementos na eficiência não exigem que sejam sacrificadas as metas sociais e a

⁶⁵ Novamente sem querer entrar no mérito dos argumentos do debate, parece evidente que a autora de certa forma subestimou as repercussões da crise econômica sobre este quadro.

⁶⁶ SILVA, E. B. (1991), p.365.

liberdade individual. A eficiência pode ser melhor alcançada se for subordinada à igualdade social, econômica e política"⁶⁷.

Esta polêmica - que aqui foi rapidamente reconstituída -, em torno da atualidade e do futuro do fordismo no Brasil, levanta indubitavelmente uma série de questões relevantes para o conhecimento da realidade do país no que concerne às relações e condições de trabalho no presente e suas perspectivas futuras. O debate se defronta porém, como já foi assinalado, com sérias restrições colocadas pela relativa escassez e precariedade dos elementos (informações, evidências) disponíveis, impedindo um conhecimento mais amplo e aprofundado desta realidade; o que aponta evidentemente para a necessidade de se intensificar as pesquisas sobre esta problemática.

⁶⁷ SILVA, E. B. (1990), p. 63.

Referências Bibliográficas

- AGLIETTA, M. (1976) *Régulation et Crises du Capitalisme*, Paris, Ed. Calmann-Levy.
- BALTAR, P. E. e DEDECCA, C. S. (1992). "Emprego e Salários nos anos 60 e 70", mimeo, Instituto de Economia/UNICAMP, maio/92.
- BOYER, R. (1990) A Teoria da Regulação; uma análise crítica, São Paulo, Nobel.
- BOYER, R. (1989a) New directions in management practices and work organization; general principles and national trajectories, Paris, CEPREMAP, nov./89.
- BOYER, R. (1989b) The transformation of the capital-labor relation and wage formation in eight OECD countries during the eighties. Paris, CEPREMAP, nov./89.
- BOYER, R. (1987) Technical change and the theory of "regulation". Paris, CEPREMAP, doc. n° 8707.
- CARVALHO, R. Q. e SCHMITZ, H. (1990) "O Fordismo está Vivo no Brasil". In: Novos Estudos CEBRAP n°27, jul/90 - pp.148-156.
- CARVALHO, R. Q. (1987) Tecnologia e Trabalho Industrial, Porto Alegre, LPM.
- CONCEIÇÃO, O. A. C. (1990) "Os anos 80: complexa dimensão de uma crise". In: Secretaria de Coordenação e Planejamento. Fundação de Economia e Estatística. A Economia Gaúcha e os Anos 80, Porto Alegre, Tomo 1, pp.15-37.
- CORLAT, B. (1992) "Du fordisme au post-fordisme". In: Cahiers du GIP "Mutations Industrielles" n° 58, jan/92.
- CORLAT, B. (1990) L'Atelier et le Robot, Paris, Ed. Christian Bourgois.
- CORLAT, B. (1988) "Automação programável: novas formas e conceitos de organização da produção". In: SCHMITZ, H. e CARVALHO, R. Q. (orgs.) Automação, Competitividade e Trabalho: a experiência internacional, São Paulo, Hucitec.
- CORLAT, B. e SABOIA, J. (1988) "Regime de Acumulação e Relação Salarial no Brasil: um processo de fordização forçada e contrariada". In: Ensaio FEE. Porto Alegre, 9 (2) - pp. 3-45.
- DANIELOU, F., LAVILLE, A. e TEIGER, C. (1983) "Fiction et réalité du travail ouvrier". Les Cahiers Français n° 209: "Le Travail ouvrier", jan-fev/83, La Documentation française.
- ERBER, F. S. (s/d) "A Transformação dos regimes de regulação: desenvolvimento tecnológico é intervenção do Estado nos países industrializados e no Brasil", tese para concurso de professor titular, FEA/UFRJ.

- FERREIRA, C. G. (1987) "Processo de trabalho e relação salarial – um marco teórico-analítico para o estudo das formas capitalistas de produção industrial". Texto para Discussão nº 37, CEDEPLAR/UFMG.
- FLEURY, A. C. (1983) "Rotinização do Trabalho: o caso das indústrias mecânicas". In: FLEURY, A. C. e VARGAS, N. Organização do Trabalho, São Paulo, Atlas.
- KAPLINSKY, R. (1988) "Restructuring the capitalist labour process: some leçons from the car industry". Cambridge Journal of Economics, 12 - pp.451-470.
- LEBORGNE, D. e LIPIETZ, A. (1990) Fallacies and open issues about post-fordism, Paris, CEPREMAP, doc. nº 9009.
- LIPIETZ, A. (1991) "As relações capital-trabalho no limiar do século XXI". Ensaio FEE, ano 12, nº 1, Porto Alegre.
- LIPIETZ, A. (1984) "Accumulation, crises et sorties de crise: quelques réflexions méthodologiques autour de la notion de régulation". Paris, CEPREMAP, doc. nº 8409.
- MATTOSO, J. E. L. e OLIVEIRA, M. A. (1990) "Desenvolvimento Excludente, Crise Econômica e Desafios do Sindicalismo Brasileiro", Caderno CESIT nº 01, CESIT/UNICAMP.
- PICHLER, W. A. (1988) "A Relação Salarial Fordista". Ensaio FEE, Porto Alegre, ano 9, nº 2.
- QUADROS, W. J. (s/d) "Crise do Padrão de Desenvolvimento no Capitalismo Brasileiro", Texto para Discussão nº 6, CESIT/UNICAMP.
- SALERNO, M. S. (1991) flexibilidade, organização e trabalho operatório: elementos para análise da produção na indústria, tese de doutorado, Escola politécnica da USP, São Paulo.
- SILVA, E. B. (1991) Refazendo a Fábrica Fordista, São Paulo, Hucitec/FAPESP.
- SILVA, E. B. (1990) "Remaking the Fordist Factory? – industrial relations in Brazil in the past and for the future", mimeo, DPCT/UNICAMP, fev/90.
- WOOD, S. (1991) "O Modelo Japonês em Debate; pós-fordismo ou japonização do fordismo". Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 17, ano 6, out/91.